



SENFF S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 08 COBRANÇA E ARRECADACÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras – PF	33	29
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras – PJ	3	-
TOTAL	36	29

NOTA 09 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ	217	114
CSLL	179	96
IR/Fonte	36	31
PIS	7	6
COFINS	41	35
INSS	1	-
TOTAL	481	282

NOTA 10 OUTRAS OBRIGACÕES - DIVERSAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	33	41
Juros sobre Capital a pagar	748	451
Contas a pagar	963	210
TOTAL	1.744	702

NOTA 11 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Instituição opera na captação de recursos de terceiros por meio dos títulos de Letras de Câmbio (LC), Recibos de Depósito Bancário (RDB) e Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE 1).

11.1 DEPÓSITOS CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL - DPGE

Composição por vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Até 360 dias – Não ligados	1.106	3.442
Superior a 360 dias – Não Ligados	1.910	960
TOTAL	3.016	4.402

11.2 DEPÓSITOS A PRAZO - CONTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA

Composição por vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Até 360 dias – Não ligados	563	39
Até 360 dias - Ligados	2.268	712
Superior a 360 dias – Não Ligados	1.278	28
Superior a 360 dias - Ligados	3.440	4.683
TOTAL	7.549	5.462

11.3 RECURSOS DE ACEITE CAMBIAL

Composição por vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Até 360 dias	7.094	3.556
Superior a 360 dias	7.950	9.876
TOTAL	15.044	13.432

NOTA 12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

O capital da instituição, subscrito e integralizado é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) divididos em 10.064.009 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2016 a companhia procedeu aumento de capital no valor de R\$ 2 milhões de reais, com o aumento de 1.865.743 de ações ordinárias.

Reservas:

Conforme Estatuto 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido será destinado a constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; será destinada parcela necessária à constituição de Reserva de Contingência e de Lucros a Realizar, quando as circunstâncias assim o recomendarem; o saldo de Lucros, se houver, após a destinação dos dividendos obrigatórios, terão a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral.

Dividendos:

Do Lucro Líquido, após os ajustes legais, será devida a parcela de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, como dividendos obrigatórios para pagamento aos acionistas.

NOTA 13 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Juros sobre o Capital Próprio, os quais foram totalmente imputados aos Dividendos Obrigatórios, atendem a determinação da Circular 2.739/97 do BACEN, e estão calculados conforme Artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Conta	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre Capital Próprio	880	650

NOTA 14 RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Empréstimos	6.390	6.013
Rendas de Empréstimos Consignados	109	80
Rendas de Financiamentos	3.344	2.761
Rendas de Financiamentos com Interveniência	151	238
Total	9.994	9.092

NOTA 15 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Aluguéis	71	70
Despesas de Comunicação	6	4
Processamento de Dados	363	425
Despesas c/ Representações	8	5
Despesas c/ Brindes	13	-
Despesas de Publicações	15	11
Despesas Tributárias	-	5
Depreciação	2	6
Despesa com Corretagens	8	-
Serviços do Sistema Financeiro	262	121
Serviços de Terceiros	71	20
Consultoria Jurídica	6	3
Cadastrros e Consultas	46	49
Outras Despesas Administrativas	36	35
Total	907	754

NOTA 16 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL – CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Benefícios de curto prazo a administradores

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos Administradores, que é distribuída, aos membros da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	34	33
Encargos Sociais	11	11
TOTAL	45	44

Outros benefícios

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

NOTA 17 RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS – ACORDO DA BASILÉIA – LIMITES OPERACIONAIS

O Índice de Basileia divulgado foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. A partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de Capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III.

A base para a verificação dos limites operacionais também foi alterada, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente. No que se refere à adequação do Patrimônio de Referência Mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) a Senff S.A – Crédito, Financiamento e investimento encontra-se apta e adequada, conforme abaixo:

Índice de Basileia (limite operacional)	2016 Financeiro	2015 Financeiro
Patrimônio de Referência (PR)	13.931	11.674
PR Nível I para Comparação com RWA	13.931	11.674
Capital Principal para Comparação com RWA	13.931	11.674
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	41.338	36.014
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.860	1.621
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.480	2.161
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	4.547	3.962
Parcela de Risco de mercado (Rban)	722	339
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	12.071	10.053
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	11.451	9.513
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	9.384	7.712
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído Rban	8.662	7.373
Adicional de Capital Limite Superior do RWA	517	-
Adicional de Conservação Limite Inferior do RWA	258	-
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	33,70%	32,41%
Índice de Capital NívelI (Nível I / RWA)	33,70%	32,41%
Índice de Basileia (PR / RWA)	33,70%	32,41%
Limite de Imobilização		
Limite para Imobilização	6.965	5.837
Valor da situação para o limite de imobilização	10	11
Ativo Permanente	10	11
Imobilizado de arrendamento	-	-
Investimento em Cooperativas Centrais	-	-
Ativos Intangíveis Excluídos do Cálculo LI	-	-
Ajustes Prudenciais Deduzidos do PR registrados no Ativo Permanente	-	-
Margem ou Insuficiência para o Limite de Imobilização	6.956	5.826

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
(2) Representa o mínimo de 5,5% mdo RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015
(3)Corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA
(4)Adicional de Capital Limite Superior igual a 1,25 %, Adicional de Conservação Limite Inferior igual a 0,625% para o período de 2016

NOTA 18 GESTÃO DE RISCO

A Instituição dispõe de normas e procedimentos para atender às determinações legais, regulamentares e às melhores práticas de mercado e das diretrizes estabelecidas nas políticas internas.

A Gestão de Riscos é formada pelo Risco de Crédito, Risco Operacional, Riscos de Liquidez, Risco de Mercado e Gestão de Capital. A Diretoria responsável pela Gestão de Risco de Crédito e Gestão de Liquidez é independente da Diretoria responsável pelas estruturas de Gestão de Risco Operacional, Gestão de Risco de Mercado e Gestão de Capital.

As informações que descrevem as estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez, operacional, mercado e gestão de capital, estão disponíveis no site da Instituição e podem ser visualizadas no endereço www.financeirasenff.com.br.

Essas estruturas de gerenciamento são resumidas como:

a) Risco de crédito

A Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional institui a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. A estrutura da Instituição é compatível com a natureza das nossas operações e a complexidade dos produtos e serviços trabalhados. No gerenciamento dos riscos são adotadas políticas de concessão baseadas na avaliação da capacidade financeira dos clientes, sendo que o nível de exposição das carteiras é definido através dos fatores de ponderação de risco definidos pelo Banco Central do Brasil. A concentração da carteira é constantemente avaliada para evitar os riscos.

b) Risco operacional

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional assegura políticas e procedimentos de identificação, avaliação e classificação de riscos operacionais, proporcionando um ambiente adequado para o gerenciamento, monitoramento consistente e a apresentação de soluções permanente. Essas premissas permitem também a identificação de eventuais fragilidades e melhoria nos processos de controle, garantindo assim melhor desempenho de maneira mais eficiente. A estrutura do Gerenciamento de Risco Operacional está em total aderência à Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional.

c) Risco de liquidez

A Instituição está exposta ao risco de liquidez, que é definido como a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e de superar as inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional, são provisionadas as entradas e saídas de caixa e monitorados diariamente os limites mínimos do caixa e concentração de passivos, que permitem que as ações futuras sejam tomadas para garantir um caixa confortável.

d) Risco de mercado

O Gerenciamento do Risco de Mercado é efetuado conforme as disposições da Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional. A estrutura existente contempla premissas fundamentais ao controle e adequação das exposições, por meio da revisão e aprovação de políticas e estratégias específicas para o gerenciamento do risco de mercado de maneira consistente.

e) Gestão de capital

A Instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

O gerenciamento de capital ocorre de forma contínua, com processos de: (i) – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. (ii) – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. (iii) – planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

NOTA 19 OUVIDORIA

Instituída nos moldes da Resolução 4.433/2015 a Ouvidoria é um canal exclusivo de relacionamento com os clientes, destinado a receber e responder a todos os contatos que não lograram êxito no Serviço de Atendimento ao Cliente, advindos da relação contratual mantida com os mesmos, buscando a prevenção e solução de conflitos e a excelência no atendimento.

NOTA 20 PARTES RELACIONADAS

Observando o Pronunciamento Técnico CPC – 05 – Divulgação das Partes Relacionadas:

20.1 Obrigações com partes relacionadas decorrentes de empresa ligada aos acionistas

Abaixo relação das empresas que no exercício de 2016, obtiveram remuneração em decorrência de prestações de serviços:

Empresa	Remuneração no exercício	Saldos em aberto
Senffnet	30	3
Senff Contact	79	7
Senff Participações	102	-
Senff TI	67	-

20.2 OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DECORRENTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As captações de recursos, com partes relacionadas, (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares) foram contratadas a taxas consideradas pela administração como compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes na data das operações e considerando os riscos envolvidos. Estas transações compõem os saldos de captação de Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites Cambiais:

Natureza	Relação	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a Prazo - RDB	Empresas Ligadas aos acionistas	5.389	5.394
Depósitos a Prazo - RDB	Acionistas	319	-
Recursos de Aceites Cambiais - LC	Acionistas	447	574
TOTAL		6.155	5.968

NOTA 21 CONTINGÊNCIAS

Em cumprimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 25 -Provisão Passivo e Ativo Contingentes:

• Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2016 não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

• Passivos contingentes: A Companhia integra o polo passivo de algumas ações cíveis. Os processos em trâmite referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, entre eles: inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio possível de condenação nessas ações é de 10 mil reais.

NOTA 22 CESSÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO

A instituição no exercício de 2016 não efetuou Cessão de Créditos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

SENFF S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SENFF S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENFF S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da SENFF S.A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, encerradas em 31 de dezembro de 2015 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós examinadas, sobre as quais emitimos relatório sem modificação datado em 04 de março de 2.016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR) 24 de fevereiro de 2017.

RONALDO ARSIE GUIMARÃES

Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1



GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570-O/07